

Tuma Jr. acusa: delegado que denunciou grampo ilegal no STF morreu de AVC "porque era perseguido"

claudio_tognolli

Claudio Tognolli

12 de outubro de 2015

Morreu nesta segunda-feira o ex-chefe da Interpol do Brasil, delegado federal Edson de Oliveira.

Ele leva para o túmulo demais detalhes de um dos mais enigmáticos episódios da Polícia Federal: o grampo ilegal, instalado por arapongas, no gabinete do ministro Gilmar Mendes, do STF.

A denúncia foi feita em carta remetida ao ex-secretário nacional de Justiça sob Lula, delegado Romeu Tuma – e publicada no livro “Assassinato de Reputações”:

<http://www.icij.org/blog/2012/11/icijs-investigative-reading-list>

<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/tuma-jr-lanca-em-sao-paulo-livro-que-expoe-a-fabrica-de-dossies-petistas-contra-adversarios/>

Romeu Tuma Jr. denunciou hoje que o delegado morreu de derrame por conta de perseguições políticas: “ É com muito pesar que dou a triste notícia do falecimento hoje às 05h50 no Rio de Janeiro, do Dr. Edson de Oliveira (63), Delegado da PF, ex-Chefe da Interpol no Brasil, um dos melhores policiais federais que conheci. Grande companheiro, excelente chefe, amigo parceiro, enfim, Homem daqueles que deixam lacunas quando partem. O Dr. Edson foi mais uma vítima dessa máquina assassina do Estado, perseguido que foi, sofreu um AVC após estar internado por complicações de saúde ainda "não identificadas", provocadas pelas perseguições que vinha sofrendo. Espero que esclareçam as causas que o levaram a morte!”, escreveu Tuma Jr.

Leia abaixo a carta em que Edson denunciava o grampo contra Gilmar Mendes:

“Rio, 2 de maio de 2011

Caro Romeu: recebi uma informação no final de 2008 por volta do mês de outubro, dando conta de que a escuta telefônica feita no Supremo Tribunal Federal teria sido feita por um agente federal lotado na Superintendência do DPF no Rio de Janeiro, o qual, na ocasião da realização do grampo, estaria cumprindo missão em Brasília. Essa informação me foi passada pelo presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Rio de Janeiro, o agente Telmo Correia.

Segundo Telmo, após a publicação da notícia da descoberta da realização da escuta no STF, o agente o procurou na condição de presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Rio de Janeiro para pedir aconselhamento, alegando que havia feito a escuta e que estava apavorado e preocupado, sem saber o que dizer caso fosse descoberto.

Para melhor compreensão, Telmo era um dos agentes que compunha uma das equipes que trabalhava comigo no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e deixou escapar essa informação durante uma conversa informal, quando falávamos da existência de inúmeros valores nos quadros da PF e Telmo procurava exaltar as qualidades de um dos seus amigos, com o qual já trabalhara na Delegacia Fazendária e que o procurara recentemente para expressar sua preocupação e pedir apoio e aconselhamento.

Insisti com Telmo para que me fornecesse o nome do agente, entretanto este se recusou, alegando que recebia inúmeras pessoas em sua sala como presidente do Sindicato, e que esse caso era somente mais um. Alertei a Telmo para o fato de que ele não era padre para ouvir confissão e guardar segredo mas sim, antes de tudo, um agente federal e que como tal tinha o dever de informar oficialmente o conhecimento de um crime e de sua autoria. Disse ainda que levaria o caso ao conhecimento da autoridade que presidia inquérito e que, fatalmente ele, Telmo, seria convocado a depor. Telmo, na ocasião, me

disse que, caso fosse realmente chamado, negaria tudo. Investigando o assunto juntamente com o agente federal Alexandre Fraga, outro componente de uma das equipes de plantão naquele aeroporto, chegamos ao autor do delito, através do cruzamento de vários dados que foram vazados por Telmo durante inconfiáveis que fazia ao longo do dia durante os seus plantões. A investigação nos conduziu ao agente federal Távora, na época lotado na Delegacia Fazendária da PF do Rio de Janeiro.

Távora participou de operações em Brasília, recebendo diárias, tendo passado vários meses naquela cidade, convocado para participar da equipe do delegado Protógenes. Segundo os levantamentos feitos, Távora é um agente federal com pouco tempo de polícia mas muito experiente em análise financeira e documental, pois foi analista de empresas de consultoria por muito tempo antes de ingressar na PF.

Ao iniciar a investigação, no início de novembro de 2008, entrei em contato através do agente Fraga com o delegado William, presidente do inquérito policial que apurava o crime. Dias após, o agente Fraga recebeu uma ordem de missão para comparecer em Brasília, onde se reuniu com o delegado e o informou que o levantamento estava sendo feito, tendo recebido sinal verde para continuar a operação. Nessa mesma época, comuniquei pessoalmente ao então superintendente da PF no RJ, delegado Angelo Gioia, a respeito da investigação que realizava com o conhecimento da direção geral.

Posteriormente prestei declarações dos autos do inquérito, tendo inclusive passado por acareação com o presidente do Sindicato, agente Telmo, o qual na ocasião negou o fato e alegou que eu estava mentindo.

Não bastasse esse fato, Telmo, imediatamente após ter sido informado por mim de que o assunto estava sendo levado oficialmente às esferas superiores, convocou o delegado Protógenes para alertá-lo a respeito. Protógenes veio ao Rio de Janeiro e se reuniu com Telmo na sede do Sindicato dos Policiais Federais.

No início de janeiro de 2009, toda a equipe de policiais

lotados no aeroporto Santos Dumont, inclusive esse delegado, foi dispensada e transferida para diferentes setores da PF do RJ.

Durante o levantamento feito, ficou evidente que a escuta realizada no STF foi feita com a utilização de equipamentos de gravação digital sem fio, de origem francesa, produto de um acordo feito entre o governo da França e o do Brasil.

Além disso, a maior parte dos componentes da equipe que trabalhou nessa escuta e em outras, legais ou não, fez curso de especialização nessa área na França.

Surpreendentemente, já em outubro de 2009 o mesmo agente Fraga recebeu um e-mail que o informava do cancelamento da viagem que havia realizado a Brasília por determinação da Direx/DPF, alegando que o motivo do cancelamento é que havia se tratado apenas de uma simulação.

Conversei hoje com o agente federa Fraga, o qual não se opôs a que o nome dele fosse citado, bem como se colocou à disposição para fornecer mais detalhes sobre esse caso e outros que tem conhecimento. Estou à disposição para qualquer outra informação.

Um grande abraço, Edson Oliveira”